



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Anderson Neves dos Santos

Orientadora Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Tutora Orientadora Profa. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), dezembro de 2015.

Anderson Neves dos Santos

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília-UnB, como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob a orientação da Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva e Tutoria da Profa Dra Maria Susley Pereira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Anderson Neves dos Santos

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Ma. Maria Aparecida de Sousa Duarte – SEEDF
(Examinadora externa)

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva – EAPE/SEEDF
(Professora Orientadora)

Profa. Dra. Maria Susley Pereira – EAPE/SEEDF
(Tutora Orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

Ao meu pai, Antônio (*In Memoriam*),
à minha mãe, Eliecy e às minhas irmãs, Adriana e Andreia.

AGRADECIMENTOS

Ao Divino Pai Eterno, pela vida e força em toda a minha existência.

À minha família, especialmente minha mãe Eliocy e minhas irmãs que, com muito carinho, compreensão e auxílio, mesmo a distância, sempre me incentivaram e apoiaram em todos os momentos da minha vida.

À Universidade de Brasília e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, pela oportunidade em concluir mais uma etapa da minha formação docente.

À Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva, minha orientadora e à Professora Doutora Maria Susley Pereira, minha tutora orientadora, e ao Professor Ricardo Gonçalves Pacheco, pelo apoio, pelos incentivos e pelas sugestões durante a caminhada no curso e no desenvolvimento da pesquisa.

À Professora Maria Aparecida de Sousa Duarte pela avaliação e pelas contribuições para este trabalho.

Ao inesquecível amigo de todas as horas, João Macedo, pelo apoio e pela colaboração na caminhada da vida e da pesquisa.

A todos os/as interlocutores/as participantes da pesquisa que contribuíram significativamente para a compreensão do problema da investigação.

À Unidade Escolar em que a pesquisa foi realizada, pela acolhida e pelo fornecimento dos dados.

A todos e a todas, muito obrigado!

RESUMO

O presente estudo aborda um dos temas que tem ganhado centralidade na área da educação: a participação da comunidade escolar na avaliação institucional da escola. Tendo como referência uma escola pública do Distrito Federal, buscou-se compreender a participação dos segmentos de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na Avaliação Institucional da Escola Ipê Branco. Para tanto, realizou-se uma investigação com abordagem qualitativa a qual oferece, em seus pressupostos, subsídios fundamentais que viabilizam o estudo dos fenômenos que ocorrem na educação. Foi uma pesquisa do tipo estudo de caso, objetivando analisar especificamente dois aspectos: as concepções de Avaliação Institucional dos participantes da pesquisa e as estratégias da escola para promover a participação de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação Institucional. Análise documental e questionários foram os instrumentos adotados para a construção dos dados, os quais foram analisados em consonância com os teóricos estudados e os objetivos da pesquisa, empregou-se a proposta de triangulação das informações e dos conhecimentos. Os documentos analisados foram: Projeto Político Pedagógico da escola, Plano de Trabalho da Gestão Escolar e Atas de reuniões/encontros. Participaram da pesquisa, uma gestora escolar, cinco servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF e cinco pais/mães/responsáveis. Constatou-se a existência de diferentes concepções acerca da avaliação institucional entre os interlocutores/as da pesquisa. Percebeu-se que as estratégias desenvolvidas pela escola não promovem a participação ativa dos segmentos que a formam. Há um perceptível distanciamento entre a prática da Avaliação Institucional da escola investigada e os documentos da SEEDF, especialmente as Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (2014 – 2016), o que compromete a natureza formativa da avaliação institucional.

Palavras-chave: participação - avaliação institucional – comunidade escolar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil da gestora escolar.....	27
Quadro 2: Perfil dos/as pais/mães/responsáveis.....	28
Quadro 3: Perfil dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF.....	28

LISTA DE SIGLAS

BB – Banco do Brasil

CRE – Coordenação Regional de Ensino

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEAA – Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SUMÁRIO

PARA INÍCIO DE CONVERSA	9
A tessitura da trajetória do pesquisador.....	9
A pesquisa.....	10
1. ESTABELECENDO REFERÊNCIAS: o que dizem os/as autores/as.....	14
1.1 Avaliação Institucional.....	14
1.2 A importância da participação da comunidade na escola.....	17
1.3 A relação dos segmentos da escola e a avaliação institucional.....	21
2. TRILHA METODOLÓGICA: escolhendo o caminho	24
3. DESCOBRINDO A REALIDADE: a participação e a avaliação institucional.....	27
3.1 Caracterização dos/as participantes da pesquisa	27
3.2 Concepções de Avaliação Institucional	29
3.3 Participação na escola.....	30
3.4 Estratégias utilizadas pela escola para promover o envolvimento de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF.....	33
REFLEXÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39
Apêndice A Questionário dos/as pais/mães/responsáveis.....	42
Apêndice B Questionário do/a servidor/a da carreira Assistência à Educação do DF.....	45
Apêndice C Questionário do/a gestor/a escolar.....	47
Apêndice D Roteiro para Análise Documental.....	50
Apêndice E Termo de consentimento livre e esclarecimento.....	51
Apêndice F Autorização da escola para pesquisa.....	52

PARA INÍCIO DE CONVERSA

A tessitura da trajetória do pesquisador

Sou nordestino, nascido em Barreiras, Bahia. Na infância admirava minhas professoras pela dedicação, pela postura e pelo compromisso com a educação das crianças. A partir daí, fui interessando-me pela profissão de professor e busquei a formação docente.

Em 2000, fui diplomado professor, com a conclusão do Curso de Magistério no Colégio Estadual Antonio Geraldo, uma das instituições de ensino mais tradicionais da minha cidade e responsável pela formação em nível médio de quase todos os professores da Região Oeste.

Atuei como Professor Alfabetizador de Jovens e Adultos no estado do Maranhão, pelo Programa Alfabetização Solidária, organizado pelo Governo Federal. Após ter participado de formação continuada de Alfabetização, na Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, trabalhei com homens e mulheres analfabetos que conseguiram ler e escrever ao final do curso.

Ao retornar à minha cidade natal, continuei alfabetizando jovens e adultos, porém, dessa vez, pelo Programa BB Educar organizado e financiado pelo Governo Federal, em parceria com o Banco do Brasil.

Iniciei o trabalho com alunos das séries finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Barreiras-BA. Em seguida, tive a experiência como coordenador pedagógico em escola pública e foi nessa função que despertei o interesse pela pesquisa a respeito da avaliação institucional, por considerar que um dos meus papéis enquanto coordenador pedagógico era articular a escola para formular, executar, acompanhar e avaliar a proposta pedagógica da unidade de ensino. Nessa função, participei da implantação de políticas públicas na rede municipal de ensino, mediando cursos de formação continuada com professoras da educação básica e participando de vários momentos de reuniões pontuais de avaliação institucional.

Ao ser aprovado em concurso público e vivenciando os desafios da profissão docente, resolvi ingressar na militância de movimentos sociais, filiando-me ao sindicato para, juntamente com a categoria, discutir, reivindicar e buscar a garantia de nossos direitos, não

lutando apenas por salários, mas objetivando assegurar o cumprimento de leis educacionais que tratam de políticas públicas da educação.

Iniciei meus estudos no Ensino Superior em 2005, em uma Universidade particular, no Curso de Tecnologia em Administração de Empresas, porém não estava satisfeito profissionalmente, pois considero que a docência é o fundamento do educador. Assim, ingressei na Universidade Pública em curso de licenciatura, por entender que a formação inicial é o momento-chave da construção de socialização e identidade profissional, com os estudos, as produções, as leituras e as discussões acerca das questões educacionais.

No ano de 2010, fui aprovado em concurso público para Professor da Educação Básica da SEEDF e, em 2014, iniciei o trabalho em Escola Classe, atuando na docência e, atualmente, na coordenação pedagógica de turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. Sou responsável pela organização do trabalho pedagógico na unidade de ensino e, dentre as várias atribuições, está a operacionalização da avaliação institucional na escola. Assim, para uma formação coerente com a atuação, busquei o Curso em Coordenação Pedagógica.

A pesquisa

Este trabalho aborda o tema “A participação da comunidade escolar na avaliação institucional”. A pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada no Distrito Federal, cujo nome é fictício para que não haja nenhum prejuízo às pessoas envolvidas e/ou à instituição. Assim, o nome da instituição de ensino passou a ser Escola Ipê Branco. Da mesma forma, os nomes dos participantes são hipotéticos.

Atualmente a escola possui 17 salas de aula destinadas ao atendimento de 32 turmas regulares e 2 de Educação Especial, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escola atende aproximadamente a 850 alunos, na faixa etária de 6 a 14 anos, divididos em dois turnos, cada um deles com 17 turmas do Ensino Fundamental e da Educação Especial. A maior parte deles convive em núcleos familiares vulneráveis que apresentam alguma dificuldade socioeconômica. Muitos moram com apenas um dos progenitores ou com avós e tios. Alguns sofrem de abandono e descaso da família em relação aos cuidados básicos e à atenção até mesmo pela necessidade de a família estar ausente em função da sobrecarga de trabalho, a qual carece de um lugar seguro e adequado para a permanência dos filhos quando estes não estão na escola. Para muitos deles, a escola é o único lugar seguro quando os responsáveis estão trabalhando. A escola é inclusiva e atende a alunos com necessidades educacionais

especiais e tem apoio especializado feito na Sala de Recursos. Cerca de 40 % dos alunos encontram-se em idade avançada para a série e, conseqüentemente, com problemas de aprendizagem, principalmente relacionados à alfabetização e ao letramento. A escola conta com projetos, como reagrupamentos interventivos e reforço escolar sob a orientação da equipe pedagógica.

A comunidade tem a frequência escolar incentivada por meio de programas sociais do Governo do Distrito Federal. Ainda assim, há um alto índice de faltas às aulas. Várias são as dificuldades de permanência do aluno na escola. O acompanhamento escolar é negligenciado por muitas famílias, pois a comunidade vive da crença de que colocar o filho na escola é o suficiente para uma formação plena. Nesse sentido, a escola precisa trabalhar para mudar essa concepção, que vai desde valores básicos à contracultura movida por programas de televisão e grupos sociais, cujos valores são impróprios para a vida saudável em sociedade.

Considera-se como um grande problema pedagógico enfrentado pela instituição os alunos fora de faixa etária (tanto os já existentes quanto os que chegam de outros Estados e/ou localidades do DF) e os com defasagem de série/idade e aprendizagem. A escola tem um nível baixo de reprovação, porém casos de repetência, principalmente no terceiro ano de um mesmo aluno, instigam e preocupam a equipe pedagógica e o corpo docente. Os alunos com defasagem são encaminhados para a SEAA e nesse atendimento a participação da família é primordial. A necessidade de exames que muitas vezes as famílias não têm condições de arcar prejudica o andamento de ações pedagógicas melhor direcionadas e a garantia de direitos, como redução de turma e o atendimento na sala de recursos ou na SEAA, também caracteriza como um percalço.

Com o passar dos anos, as novas atribuições às famílias e cada vez mais a necessidade de afirmação econômica, percebe-se que o acompanhamento escolar está caindo em desuso nessa comunidade. Muitas famílias atribuem unicamente à escola a função de formação cidadã e intelectual dos seus filhos, então a relação professor(a) e família esbarra nas diferentes visões dessa lógica. Para o docente, a família não ajuda e a falta de acompanhamento escolar e de material escolar aparece como uma grande dificuldade para o trabalho pedagógico. Por outro lado, a família apresenta para escola uma nova realidade de falta de tempo e necessidade de ausentar-se de casa para trabalhar, na tentativa de justificar o não acompanhamento escolar. Ocorre que, com a falta de tempo e a ausência da família

devido ao trabalho e mesmo de uma rotina que priorize essa atividade, para muitos alunos, a tarefa para casa passa a ser um transtorno.

Além desses, uma das maiores dificuldades da escola, entre outras, é a falta de participação dos pais, mães e/ou responsáveis nas questões relacionadas à escola. Eles têm uma visão individualista do serviço prestado de modo a não contribuírem para o processo coletivo. Costumam exigir direitos individuais sem levar em conta direitos coletivos. Nos dias letivos temáticos em que acontece a avaliação do trabalho da escola, ou seja, quando ocorre a avaliação institucional, poucos servidores e pais/mães ou responsáveis pelos alunos participam do processo avaliativo.

Contudo, tendo em vista o interesse do pesquisador em discutir estratégias que colaboram para o desenvolvimento de ações coletivas eficazes e a inquietação diante da participação de pouquíssimos pais/mães ou responsáveis e servidores (segmentos importantes da comunidade escolar) nos momentos de avaliação institucional da escola, a realização desta pesquisa oportunizará a investigação das questões referentes ao problema.

Nesse sentido, propôs-se pesquisar como acontece a participação dos segmentos de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação institucional da Escola Ipê Branco.

Para compreender a participação dos segmentos de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação institucional da Escola Ipê Branco e, para o alcance deste, foram propostas os seguintes objetivos específicos: analisar as concepções de Avaliação Institucional dos segmentos pais/mães/responsáveis, servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF e gestores/as; e analisar as estratégias da escola para promover a participação de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação institucional.

O texto ficou organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado “Estabelecendo Referências: o que dizem os/as autores/as”, diz respeito aos/as autores/as e apresenta as concepções de Avaliação Institucional, segundo Assis (2008), Fernandes e Beloni (2001), Leite (2005) e Dias Sobrinho (2003); a importância da participação da comunidade na escola; e a relação dos segmentos da escola e a avaliação institucional.

O segundo capítulo, denominado de “Trilha Metodológica: escolhendo o caminho”, trata da metodologia da pesquisa. Nele estão apresentados os instrumentos da coleta de dados,

a abordagem e o tipo da pesquisa, os participantes e a forma como os dados coletados foram interpretados/analísados.

Por último, o terceiro capítulo, chamado de “Descobrimdo a Realidade: a participação e a avaliação institucional”, apresenta a análise dos dados alcançados na pesquisa conforme o referencial teórico do presente trabalho.

1. ESTABELECENDO REFERÊNCIAS: o que dizem os/as autores/as

1.1 Avaliação Institucional

Ao falar de educação, inevitavelmente a avaliação é discutida, por se tratar de um importante componente do processo pedagógico nas escolas, por isso tem se tornado assunto de discussões e pesquisas dos processos avaliativos. Esta situação comprova a percepção da sua importância para o ensino.

O ato de avaliar é complexo e exige ética nos seus processos. Portanto “avaliar significa apreender uma determinada realidade e indicar caminhos que possibilitem rever ou definir políticas, programas, planos e ações para o enfrentamento das situações diagnosticadas (TUTTMAN, 2013, p. 102).”. Nesse sentido, a escola deve estar comprometida com o trabalho educativo, buscando o desenvolvimento de ações significativas para a sua comunidade e avaliando o seu trabalho por si mesmo, pois a avaliação institucional visa identificar as potencialidades e fragilidades da escola e orientar a tomada de decisões.

Além disso, Pereira (2015, p. 114) esclarece que a avaliação institucional “precisa integrar a organização do trabalho pedagógico da escola de forma consciente, processual e contínua, o que atribui também a esse nível de avaliação um caráter formativo”. A autora acrescenta que a avaliação institucional fornece elementos importantes para a organização do trabalho pedagógico na escola, além de potencializar a relação com as instâncias superiores do sistema de ensino.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio do seu documento intitulado Diretrizes de Avaliação Educacional (2014), concebe a avaliação da educação de maneira articulada, na perspectiva formativa, em três níveis, a saber: aprendizagem (em sala de aula, sob a responsabilidade do/a professor/a), institucional (desenvolvida pela escola) e em larga escala ou de redes (realizada pelo Estado). A articulação entre a avaliação institucional e os outros dois níveis é operacionalizada quando há a discussão dos processos e dos procedimentos utilizados para a realização dos trabalhos no interior das unidades de ensino.

“A concepção de avaliação formativa, adotada pela SEEDF, pressupõe o dialogo entre os sujeitos envolvidos na ação educativa, na perspectiva da gestão democrática” (DISTRITO

FEDERAL, 2014, p. 33). Portanto a participação é condição fundamental para uma gestão baseada na democracia.

Diante disso, analisar as concepções de avaliação institucional, repensando a prática educativa nas escolas, contribui para a compreensão acerca da relevância que as estratégias de participação têm nos espaços de educação.

Há alguns anos, quando iniciada a discussão acerca da avaliação das instituições de ensino, a avaliação institucional constituía-se como “um instrumento para diagnosticar de maneira quantitativa a rentabilidade e a eficiência da escola, dos processos administrativos e pedagógicos (MORAES, 2008, p. 80)”. Ao longo dos tempos, no entanto, mudou-se o entendimento e seguem algumas concepções de avaliação institucional:

[...] consiste em uma importante estratégia de mobilização de estudantes e professores, *de pais/mães/responsáveis e servidores/as*, no processo avaliativo, uma vez que o seu objetivo é retratar a instituição, diagnosticar os seus principais problemas, destacar os seus pontos fortes e fracos e, a partir da análise dos resultados, possibilita traçar as diretrizes para solucionar os problemas apontados (ASSIS, 2008, p. 167, grifos do autor).

Avaliação Institucional é um processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar (FERNANDES e BELONI, 2001, p. 23).

Um projeto que permite o balanço dos rumos da instituição em busca de qualidade. Como processo, a avaliação institucional constitui um serviço prestado à sociedade na medida em que os participantes da instituição possam repensar seus compromissos e metas, modos de atuação e finalidades de suas práticas e de sua missão (LEITE, 2005, p.33).

A Avaliação Institucional educativa deve ser um amplo e democrático processo de busca de compreensão das dimensões essenciais de uma instituição e de organização das possibilidades de transformações [...]. Como a educação comprometida com as necessidades e interesses públicos são de responsabilidade coletiva da comunidade educativa e do Estado, a avaliação há de ser democrática e participativa (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 44).

Além destas definições, Grochoska (2013, p. 45) afirma que “[...] a avaliação institucional torna-se uma estratégia que subsidia os contextos escolares, indicando as potencialidades e os aspectos que precisam ser melhorados”.

A avaliação institucional da escola básica não corresponde ainda a uma ação consolidada nos sistemas de ensino brasileiro, porém a avaliação dos vários segmentos da escola e também a avaliação das diversas dimensões do trabalho escolar geralmente ocorrem de modo informal. A escola como instituição necessita apreender o seu movimento organizacional e isso acontece por meio da avaliação institucional.

A avaliação da instituição escolar precisa estar inserida nas suas ações desenvolvidas, como uma análise sistemática com a finalidade de identificar as fragilidades e as potencialidades, possibilitando a elaboração de planejamentos de intervenções.

De acordo com Afonso (2003), autor que discute a avaliação na perspectiva sociológica, a “escola é confrontada com dimensões éticas, simbólicas, políticas, sociais e pedagógicas que devem ser consideradas como um todo por quem tem especiais responsabilidades na administração da educação...” (2003, p.49).

Assim, a escola deve ser avaliada em sua totalidade (SOUSA, 1999), de modo que o projeto da escola seja o ponto de partida e de chegada da avaliação. Desse modo, Sousa afirma que:

Os critérios de avaliação não são estabelecidos de modo dissociado das posições, crenças, visões de mundo e práticas sociais de quem os concebe, mas emergem da perspectiva filosófica, social e política de quem faz o julgamento e dela são expressão. Assim, os enfoques e critérios assumidos em um processo avaliativo revelam as opções axiológicas dos que dele participam. (1997, p. 127)

Sendo assim, avalia-se para provocar alterações significativas nas instituições, com evidências claras de que não há neutralidade no processo avaliativo, nos instrumentos e nas estratégias utilizadas. Nessa perspectiva, a avaliação é “um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar” (SOUSA, 1995, p. 63).

Assim, para a operacionalização da Avaliação Institucional na escola, Fernandes (2002 *apud* BRANDALISE 2010) apresenta três etapas que servem como sugestão: a preparação, a implementação e a síntese. Além disso, há os instrumentos e técnicas a serem utilizados no processo avaliativo para a coleta de dados: entrevistas, questionários, grupo focal, observações, portfólio, seminários, pesquisa em arquivos, análise de documentos, relatórios, entre outros que podem ser aplicados individualmente ou em grupos. No caso do Distrito Federal, a realidade do desenvolvimento da avaliação institucional ocorre da seguinte maneira:

A avaliação institucional recebe, nas Diretrizes de Avaliação Educacional, especial atenção, estabelecendo a importante relação desta com o PPP da escola, mas é preciso observar que, a despeito das orientações nela dispostas, a própria SEEDF encaminha outras orientações que podem divergir das previstas no documento, quando, em seu calendário escolar, determina data e assunto a ser discutido na avaliação institucional nos chamados “dias letivos temáticos”, minuciosamente a possibilidade de a escola construir o seu espírito autoavaliativo (PEREIRA, 2015, p. 326).

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em seu documento denominado Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (2014, p.56), considera a Avaliação Institucional como Avaliação do Trabalho da Escola que “destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar”.

Trata-se, portanto, de uma ação reflexiva de todo o grupo que compõe a escola, no sentido de avaliar e planejar novas práticas educacionais. Paralelamente, a Avaliação Institucional deve estar articulada aos outros níveis de avaliação (para as aprendizagens e em larga escala ou redes) para que sejam assegurados elementos significativos para a reorganização do trabalho da escola. A Coordenação Pedagógica, portanto, é um dos espaços privilegiados para que isso aconteça de modo efetivo.

Por tudo isso, a Avaliação Institucional deve estar a serviço das aprendizagens de todos/as na escola, considerando como ponto de partida (e de chegada) o Projeto Político Pedagógico.

1.2 A importância da participação da comunidade na escola

A participação nas atividades diversas das escolas, geralmente, envolve o corpo docente e os/as gestores/as. Já os diversos segmentos, a saber, professores/as, gestores/as, servidores/as da carreira de Assistência, (porteiro/a, merendeira/o, assistente administrativo, secretário/a, auxiliares de serviços gerais, vigias) e comunidade local, compõem a comunidade escolar. Com isso, a participação de todos/as é condição necessária no processo de organização da escola e no desenvolvimento da cidadania, o que pode trazer relevantes contribuições para a melhoria da qualidade da educação e da escola. Nessa perspectiva, as Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala da SEEDF consideram que:

[...] responsáveis pelos estudantes devem ser incluídos na articulação dos três níveis da avaliação (aprendizagem, institucional e redes). Isso ocorrerá por meio da participação... na avaliação institucional ou na avaliação do trabalho da escola e mediante a compreensão dos dados emanados dos exames internos e externos. O resultado poderá ser o de trazer parte da comunidade escolar, tanto para o nível da informação quanto para o entendimento da complexidade que sustenta todo o processo de avaliação educacional (SEEDF, 2014, p.36-37).

Nesse sentido, é imprescindível a participação de todos/as nos processos avaliativos na escola. Muito mais que a frequência em reuniões, encontros, palestras e eventos, as pessoas devem envolver-se para a construção de discussões e ações que signifiquem a educação escolar. Assim, há referências que asseguram o envolvimento da comunidade escolar nas atividades das unidades de ensino.

Um dos marcos legais concretizados na educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9 394/1996, que propõe a gestão democrática do ensino público. Em seus artigos 12 a 15, estão asseguradas a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares e a importância da elaboração de atividades práticas nas escolas por todos/as envolvidos/as, incluídas as práticas sociais que contribuam para a consciência democrática e a participação popular dentro das escolas. Assim, os/as gestores/as educacionais devem buscar a articulação dos vários segmentos que fazem a escola.

Especificamente, no Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012, que dispõe acerca do Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF, assegura, no art. 2º, inciso I, como um dos princípios da gestão democrática, “a participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras...”. Então a legislação indica o envolvimento de todos/as nas ações, especialmente na avaliação do trabalho escolar.

Por meio do diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem-se como fundamento a participação efetiva de todos/as da comunidade escolar, a consideração às normas construídas coletivamente para os processos de tomada de decisões e a garantia do acesso às informações (SOUZA, 2009). Nesse contexto, Motta (1994, p. 200) colabora afirmando que a participação consiste em “todas as formas e meios pelos quais os membros de uma organização, como indivíduo ou coletividade, podem influenciar os destinos dessa organização”.

Para tanto, a finalidade da escola deve ser também construir uma educação com o máximo de contribuição e envolvimento da comunidade escolar, de modo que toda ação escolar planejada deverá oferecer condições para a participação de todos/as. A esse respeito, Hora (2002) esclarece que:

A necessidade de promover a articulação entre a escola e a comunidade a que serve é fundamental. O entendimento de que a escola não é um órgão isolado do contexto global de que faz parte deve estar presente no processo de organização, de modo que as ações a serem desenvolvidas estejam voltadas para as necessidades comunitárias. (HORA, 2002, p. 59)

Para que essa participação seja efetiva na realidade das escolas, são necessários a conscientização das pessoas envolvidas e o engajamento nas atividades desenvolvidas dentro e fora da unidade de ensino. Para tanto, os/as gestores/as precisam incentivar a participação e promover mecanismos democráticos para que seja viabilizado o envolvimento da comunidade na escola, pois todos/as são sujeitos do processo educacional.

Colaborando com essa ideia, Assis (2008, p. 167) considera que “[...] investir na participação de toda a comunidade... significa elaborar um bom diagnóstico institucional, e, se possível, envolver também as pessoas na busca de soluções para os problemas”.

Para Luck (2006), a participação pode ser classificada como ativa ou passiva. A participação ativa consiste na perspectiva de fazer parte, estar junto na tomada de decisões; e a participação passiva refere-se à inatividade das pessoas nos processos em que se envolvem. Assim, a participação ativa é a mais adequada na educação.

Nesse sentido, a participação ativa é fundamental na gestão democrática, pois a ação participativa implica a abertura da escola para a comunidade, valorizando-a. É por meio do pensar juntos que os problemas escolares e comunitários serão solucionados. Nesse contexto, a participação efetiva-se com o diálogo, por meio da movimentação de ideias que são discutidas com a intenção do bem comum, comprometendo-se com responsabilidades para as possíveis melhorias. Portanto, admite-se que um dos principais princípios da gestão democrática escolar é a participação.

A comunidade é uma importante aliada para a escola na busca de resolver os desafios constantes, então a parceria deve envolver as famílias dos/as estudantes, de forma a oportunizar a integração, não apenas em reuniões, mas na construção da proposta pedagógica e nas demais ações, inclusive na Avaliação Institucional. A respeito disso, Luck esclarece que:

A participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalização, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando à efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos. (2006, p. 30)

Desse modo, a participação da comunidade escolar implica uma conscientização de todos/as para a necessidade e a importância do engajamento na escola. É fundamental considerar que a participação não é algo que deve ser imposto, mas se desenvolve na medida das oportunidades e das possibilidades de envolvimento.

É necessário pensar a participação da comunidade na escola, inicialmente possibilitando sua entrada e sua permanência. A realidade que se nota é a participação como colaboração, o que faz crer que, junto à comunidade, sua participação está restrita ao apoio à realização das ações estabelecidas pela escola (BOTLER, 2009).

A formação consciente e crítica como finalidade da escola deve envolver todos/as, como ressalta Gracindo (2005, p. 43), “se a finalidade última da educação é a formação de cidadãos, então, [...] necessita sustentar-se em um tipo de gestão que propicie o exercício da cidadania promovendo a participação de todos os segmentos que compõem a escola...”. Dessa forma, percebe-se a importância do entendimento coerente da participação ativa que pode provocar transformações significativas na comunidade escolar.

A escola é reconhecida pela sociedade ao construir, por si mesma, uma prática da avaliação do próprio trabalho, de modo contínuo e com a participação de todos/as (SEEDF, 2014). Portanto a participação da comunidade escolar não pode se limitar apenas a atividades de caráter formalista e informativo, em que as pessoas se desempenham restritamente em reuniões de forma passiva. Há de se proporcionar a participação mais efetiva da população nas ações da escola com a proposição de uma avaliação da instituição de ensino que busque caminhos adequados de construção de saberes e ações educativas, como uma atividade pedagógica e política.

“O ato de avaliar, considerado dessa forma, deve se fundamentar em situações concretas previstas no projeto pedagógico, isto é, as práticas pedagógicas exercitadas e vivenciadas por todos os que participam da complexidade dos atos de aprender e ensinar.” (TUTTMAN, 2013, p. 103). No Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas é necessário considerar estratégias de participação da comunidade, especialmente das famílias e de servidores/as, pois é por meio do envolvimento com o trabalho escolar que os resultados educacionais serão satisfatórios e promoverão a transformação social.

Para garantir essa participação, o Decreto nº 29.207/2008, que regulamenta os Conselhos Escolares, expõe no art. 10, inciso I, que, em consonância com as normas do Conselho de Educação do DF e da SEEDF, o Conselho Escolar das escolas públicas tem como uma das funções “garantir a participação efetiva da comunidade escolar na gestão da instituição educacional”. Ainda assim, a Portaria nº 15/2015, no seu art. 24º, inciso IX, diz que compete ao Conselho Escolar “participar, periodicamente, da avaliação da unidade escolar nos aspectos técnico, administrativo e pedagógico, considerando, inclusive, os indicadores escolares de rendimento”.

Em conformidade com isso, a Lei nº 4.036/2007, que trata da gestão compartilhada nas instituições educacionais da rede pública de ensino do DF, em seu art. 1º, inciso V, propõe como um dos objetivos da gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, “assegurar o processo de avaliação institucional mediante mecanismos internos e externos, a transparência de resultados e a prestação de contas à comunidade”.

Desse modo, a coordenação pedagógica é o espaço privilegiado de formação continuada dos/as profissionais da educação e os conselhos escolares é onde deve haver a participação de todos os segmentos da escola, em que a Avaliação Institucional deve pensar e repensar a organização escolar nos seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. A respeito disso, o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – Portaria nº 15/2015, no art. 120º, inciso VIII, atribui ao Coordenador Pedagógico a importante tarefa de “colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar”.

Ainda de acordo com o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, art. 8º, inciso XIV, a equipe gestora da escola também tem sua atribuição, que é a de “promover e fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar, nos processos de planejamento e execução da avaliação do trabalho pedagógico, na perspectiva da corresponsabilidade pelo processo educativo”. Além disso, o mesmo documento cita que:

Art. 12. São obrigações e responsabilidades do Diretor e Vice-Diretor, em articulação com os órgãos colegiados:

IV - promover a integração e a participação da comunidade escolar, estabelecendo relações de cooperação que favoreçam a formação de redes de apoio e de aprendizagem recíproca; (DISTRITO FEDERAL, 2015)

Portanto os documentos que norteiam o trabalho pedagógico das escolas públicas do Distrito Federal assumem compromisso com a avaliação formativa (VILLAS BOAS, 2013) e orientam para que haja verdadeiramente a participação ativa de todos/as na escola.

1.3 A relação dos segmentos da escola e a avaliação institucional

A escola é uma instituição composta por vários/as profissionais da educação que trabalham em prol do ensino e da aprendizagem. São segmentos que compõem a comunidade escolar (estudantes, professores/as, gestores/as, pais/mães/responsáveis, servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF e comunidade local).

Nas escolas, os/as pais/mães/responsáveis são as pessoas que legalmente respondem pelos/as estudantes. Eles/as têm representação no Conselho Escolar e são convocados/as constantemente para reuniões na escola.

De acordo com a Lei nº 5.106/2013, art. 1º, a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal é formada pelos seguintes cargos: Analista de Gestão Educacional, Técnico de Gestão Educacional, Monitor de Gestão Educacional e Agente de Gestão Educacional. São segmentos dentro da escola que, juntamente com outros formam a comunidade local. A propósito disso, Malavasi (2010) destaca que cabe à escola acolher, oportunizando-lhes o espaço que lhe é de direito.

Nas escolas, a participação na Avaliação Institucional, quase sempre, se restringe ao corpo docente e à gestão da escola. Os demais segmentos não são/estão envolvidos com o processo avaliativo da instituição.

Considera-se que, por muito tempo, a escola ignorou a presença de pais/mães/responsáveis ou procurou não os incorporar nas ações escolares. O afastamento das famílias das escolas mostra que a escola sem pais/mães/responsáveis não consegue cumprir sua missão plenamente. Essa maneira de tratar os/as pais/mães/responsáveis dificultou bastante os processos de ensino, de aprendizagem e de formação humana (MALAVASI, 2002), mas é válido ressaltar que, paralelamente a isso, a família também não buscou a sua participação ativa junto a escola.

Nesse sentido, é necessária a compreensão de que a participação ativa de pais, mães ou responsáveis na escola representa uma parceria exitosa que pode resultar em melhorias para a instituição e, conseqüentemente, para todos que a compõe. (MALAVASI, 2009). Além disso, o envolvimento dos/as servidores/as e das famílias dos/as estudantes representa uma parceria de colaboração e de confiança que pode gerar melhorias significativas para a instituição.

Sendo assim, a instituição escolar deve levar em consideração, nos seus processos avaliativos e nas suas construções de projetos pedagógicos, a sua comunidade e seus segmentos, sem exclusão.

De acordo com o documento: Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (SEEDF, 2014, p. 59), “... os setores administrativos, as ações pedagógicas, os elementos da comunicação oral e escrita e todos os procedimentos que são demandados da escola ou que ela demande devem ser alvo desse olhar avaliativo”. O documento ainda estabelece que:

A avaliação do trabalho da escola ou sua autoavaliação é interna e permanente. Deve ocorrer com envolvimento de todos os segmentos: famílias, estudantes, gestores,

professores e demais profissionais da educação. Existem diversos momentos propícios para a autoavaliação que devem ocorrer durante todo o ano letivo, como nos dias da avaliação pedagógica previstos em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões com a família, assembleia escolar e diversas outras reuniões. Não podem ser momentos estanques de autoavaliação, mas propiciadores de discussão e reflexão coletiva [...] (DISTRITO FEDERAL 2014, p. 59).

A escola, na sua complexidade, precisa ser avaliada constantemente para que se conheça e discuta as suas potencialidades e as fragilidades que permeiam o cotidiano escolar. Isso deve acontecer “numa relação dialógica e recíproca” (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 73), com a participação ativa de todos/as que pertencem à comunidade escolar.

Para além da comunidade escolar, Malavasi (2010, p. 8) acrescenta que “agentes, líderes comunitários, trabalhadores informais do bairro, profissionais liberais, agentes religiosos e todos os demais representantes de agremiações devem estar em contato direto com a escola”. Na concepção de Pereira (2015, p. 117), “é importante que sejam garantidas as manifestações de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar: professores, equipe gestora e demais funcionários da escola, alunos e pais”. Caso contrário, a escola estará descontextualizada e desinformada da realidade e necessidades de seus/suas estudantes (MALAVASI, 2010).

Nesse sentido, é imprescindível que os vários segmentos que formam a comunidade escolar (estudantes, professores/as, gestores/as, pais/mães/responsáveis, servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF e comunidade local) e os acima citados saibam a importância da participação na construção coletiva de uma escola que cumpra a sua função social, emancipando pessoas por meio de um ensino significativo.

Para isso ocorrer, a incorporação dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as nos debates de avaliação institucional exige, segundo Silva (2010, p. 52), “considerar o tema da Gestão Escolar Democrática e suas repercussões ético-políticas como fundamental à vida das instituições escolares...”. A participação como fundamento da gestão democrática aparece na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 53º, inciso V, Parágrafo único, como o direito “de pais ou responsáveis terem ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. Portanto, é com a participação da família na escola que essa lei será cumprida.

O envolvimento de pais/mães/responsáveis e dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF nas decisões escolares, na avaliação da instituição e no planejamento é fator importante que está em estreita relação com o desempenho da escola e dos/as estudantes e reflete nos resultados das avaliações de ensino e aprendizagem.

2. TRILHA METODOLÓGICA: escolhendo o caminho

Segundo Lüdke e André (1986, p. 2), pesquisa é “fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente”. Consiste, portanto, no processo de descobrir respostas para os problemas mediante a utilização de procedimentos científicos. Concordando com isso, Marconi e Lakatos (1986) consideram que pesquisar não é apenas procurar a verdade, é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

A pesquisa na área da Avaliação Institucional é importante e necessária, porque, é por meio do ato de pesquisar que se entende, explica e transforma os processos educativos, tendo em vista que a investigação é elemento essencial para a educação. Além disso, a realização desse trabalho investigativo favorece intelectualmente o pesquisador, na construção e na aquisição de saberes importantes para a postura como profissional da educação, o que contribui para a sua participação ativa nos processos educativos.

Com base nessa perspectiva, a pesquisa em questão visa compreender a participação dos segmentos de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na Avaliação Institucional da Escola Ipê Branco e tem como objetivos específicos: analisar as concepções de Avaliação Institucional dos segmentos pais/mães/responsáveis, servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF e gestores/as; e analisar as estratégias da escola para promover a participação de pais/mães/responsáveis e servidores/as na avaliação institucional da escola.

Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso e se desenvolveu em contato do pesquisador com o contexto investigado. Os dados coletados foram predominantemente descritivos, sendo que o interesse do pesquisador foi verificar como o problema se manifesta nas situações pesquisadas. Enfatizou-se mais o processo do que o produto e podendo retratar a perspectiva dos envolvidos na pesquisa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Vale destacar que a pesquisa qualitativa é exploratória, faz emergir aspectos subjetivos e alcança motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. Serve para a busca de percepções e entendimento a respeito da natureza geral da questão pesquisada, abrindo espaço para a interpretação. O tipo de pesquisa estudo de caso favoreceu a matéria

para analisar o ambiente escolar onde ocorrem os fenômenos, o que possibilitou a compreensão dos mais diferentes aspectos das questões pesquisadas.

O contexto da pesquisa foi uma escola pública do Distrito Federal (Escola Ipê Branco) que atende a crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Como participantes da pesquisa, pretendeu-se envolver cinco representantes do segmento de pais/mães/responsáveis, cinco representantes do segmento de servidores (participantes das reuniões e dos encontros de avaliação institucional da escola) e a gestora da escola.

Vale ressaltar que o nome da escola e o nome dos/as interlocutores/as são fictícios, para preservar a imagem e a identidade de cada um/a. Ainda cabe registrar que a definição dos/as participantes da pesquisa foi realizada mediante critérios determinados pelo pesquisador e são os seguintes: pais/mães/responsáveis que participam ou já participaram de alguma forma de encontros/reuniões de avaliação na escola, servidores/as que tenham mais tempo de serviço na escola e gestor/a que se envolveu em processos de avaliação do trabalho da escola. Os/As participantes foram denominados com os seguintes nomes: pais/mães/responsáveis (Mateus, Ana, Mara, Mila e Júlia), servidores/as (Rita, Eva, Rute, Pedro e André) e a gestora (Maria). A caracterização dos/as participantes foi apresentada nos Quadros 1, 2 e 3.

Para a coleta dos dados informados pelos/as pesquisados/as, foram utilizados como instrumentos de pesquisa a análise documental e o questionário.

A análise documental utilizou alguns documentos da escola, como: Projeto Político Pedagógico, Atas de reuniões/encontros de Avaliação Institucional e o Plano de Trabalho da Gestão Escolar. A análise documental utilizou como fontes de informações materiais diversificados, aqueles que não receberam tratamento analítico, conservados em órgãos públicos, bem como escritos já analisados de alguma maneira. Esse instrumento de pesquisa utiliza como fontes de informações materiais diversificados. Trata-se da consulta aos documentos, aos registros pertencentes ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coleta de informações úteis para o entendimento e a análise do problema.

Para Lüdke e André (1986):

A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.38).

Portanto, para a pesquisa realizar-se, o pesquisador solicitou da direção da escola a autorização, para ter acesso aos documentos acima citados, os quais fornecem os dados

necessários à investigação na instituição. Os dados encontrados foram lidos e estudados, para examinar com atenção como a participação tem acontecido nos momentos da Avaliação Institucional na escola. Assim, alguns trechos encontrados poderiam, se necessário, compor, como citação, o texto da monografia.

O questionário foi composto de questões abertas e fechadas, nas quais os/as interlocutores/as tiveram a possibilidade de discorrer a respeito do tema proposto.

O questionário é adequado para o alcance de informações acerca do que os/as envolvidos/as na pesquisa sabem, creem, esperam, sentem, bem como suas explicações ou razões a respeito do tema discutido. Assim, a aplicação do questionário permitirá a captação imediata de informações relacionadas à temática discutida.

Para Lüdke e André (1986, p. 45), “analisar os dados qualitativos significa ‘trabalhar’ todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”. Assim, a análise dos dados adquiridos na pesquisa precisa ser organizada, na busca da identificação das relações com as finalidades da investigação. Os dados coletados na análise documental e nos questionários foram agrupados por objetivos específicos da pesquisa e analisados com base nos referenciais teóricos.

3. DESCOBRINDO A REALIDADE: a participação e a avaliação institucional

Buscando compreender a participação dos segmentos de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação institucional da Escola Ipê Branco, foram coletadas informações por meio de questionários e análise documental e aqui os dados aparecem analisados sob a luz de teóricos que discutem a Avaliação Institucional.

Para Santos e Santos (2009, p. 53), “[...] a análise dos dados adquiridos na pesquisa precisa ser organizada, na busca da identificação das relações com as finalidades da investigação”. Assim, as informações colhidas durante a investigação estão em consonância com os objetivos da pesquisa.

Para Alves-Mazzotti e Gewandsznadger (2004, p. 168 *apud* SANTOS e SANTOS, 2009, p. 52), “tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos [...]”. Assim, os dados dessa investigação mostraram a realidade da escola pesquisada e as opiniões dos/as interlocutores/as da pesquisa.

Inicialmente foi apresentada a caracterização dos/as participantes da pesquisa; posteriormente, as concepções de avaliação institucional e a participação na escola e, por fim, as estratégias da escola para promover a participação de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira à Educação do DF na avaliação institucional.

3.1 Caracterização dos/as participantes da pesquisa

Quadro 1: Perfil da gestora escolar

Segmento da gestão escolar
Maria
Cursou graduação, atua na SEEDF há mais de 11 anos, está como gestora na escola no período de 1 a 3 anos.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base na pesquisa.

A gestora participante da pesquisa é licenciada em Pedagogia, atua como vice-diretora na escola e possui experiência de trabalho docente que se eleva a uma década de trabalho. Sua formação atende às exigências da LDB/1996, artigo 62, que trata da formação acadêmica dos profissionais da educação.

Quadro 2: Perfil dos/as pais/mães/responsáveis

Segmento de pais/mães/responsáveis				
Mateus	Ana	Mara	Mila	Júlia
Cursou o Ensino Fundamental, o/a seu/sua filho/a estuda na escola pesquisada no período de 4 a 6 anos.	Tem graduação, o/a seu/sua filho/a estuda na escola pesquisada no período de 1 a 3 anos.	Cursou o Ensino Médio, o/a seu/sua filho/a estuda na escola pesquisada no período de 1 a 3 anos.	Tem graduação, o/a seu/sua filho/a estuda na escola pesquisada no período de 4 a 6 anos.	Tem graduação, o/a seu/sua filho/a estuda na escola pesquisada no período de 1 a 3 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa.

O segmento de pais/mães/responsáveis está composto, em sua maioria, por mulheres, sendo que apenas um pai colaborou com a investigação. Isso mostra que mães, tias, avós são as que mais acompanham a vida escolar dos/as estudantes e envolvem-se nas ações da escola.

Quadro 3: Perfil dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF

Segmento de servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF				
Rita	Eva	Rute	Pedro	André
É Agente de Gestão Educacional, o seu tempo de atuação na SEEDF é de 6 a 10 anos, está na escola de 4 a 6 anos e cursou o Ensino Fundamental.	É Agente de Gestão Educacional, o seu tempo de atuação na SEEDF é de 6 a 10 anos, está na escola de 1 a 3 anos e cursou o Ensino Fundamental.	É Agente de Gestão Educacional, o seu tempo de atuação na SEEDF é acima de 11 anos, está na escola de 1 a 3 anos e cursou o Ensino Fundamental.	É Agente de Gestão Educacional, o seu tempo de atuação na SEEDF é de 6 a 10 anos, está na escola de 4 a 6 anos e cursou o Ensino Fundamental.	É Técnico em Gestão Educacional, o seu tempo de atuação na SEEDF é acima de 11 anos e está na escola no período acima de 7 anos. É pós-graduado no nível de especialização.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base na pesquisa.

No segmento dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF, também, os homens foram minoria entre os/as colaboradores/as da pesquisa, o que revela a intensa presença feminina no ambiente pesquisado. Todos/as têm muitos anos de trabalho na SEEDF, nenhum há menos que 6 anos de atuação no órgão. O tempo que trabalham na escola varia, mas a maioria tem muitos anos dedicados à escola pesquisada. Observa-se que grande parte dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF envolvidos/as na investigação ainda não concluíram a educação básica, apenas um tem sua formação concluída.

3.2 Concepções de Avaliação Institucional

Primeiramente, vale ressaltar que o entendimento do pesquisador desta investigação fundamenta-se na concepção de que “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2005, p. 35).

Assim, com o intuito de atender a um dos desdobramentos da pesquisa, que consiste em analisar as concepções de Avaliação Institucional dos segmentos: pais/mães/responsáveis, servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF e gestores, investigou-se a concepção dos/as interlocutores/as a respeito da avaliação institucional. Durante a coleta dos dados, observou-se uma variedade na compreensão dos/as participantes da investigação.

Ao ser questionado, Mateus, representante do segmento de pais/mães/responsáveis, revelou que entende a avaliação institucional como um “*encontro dos/as pais/mães/responsáveis com a SEEDF*”. As mães Ana, Mara, Mila e Júlia foram unânimes em responder que é o “*momento de avaliação da escola*”. Na concepção da gestora Maria “*é o elemento responsável que apresenta autonomia para efetivar melhorias na qualidade da instituição*”.

Entre os/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF, André respondeu que avaliação institucional é “*avaliar o sistema para que, diante dos resultados, possa elaborar planos para melhorias*”. Rute citou a “*Provinha Brasil*”. Pedro disse: “*não sei se avalia professor ou alunos*”.

A respeito desse assunto, Sordi (2009 *apud* DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 57) esclarece que a avaliação institucional não seja voltada para a avaliação de pessoas com a finalidade de exclusão, punição ou premiação. Em conformidade com essa compreensão, Eva e Rita consideram a avaliação institucional como a “*avaliação do local*”.

Nesse contexto, Grochoska (2013, p. 101, grifos do autor) pontua que a percepção da avaliação institucional “[...] como um processo de melhoria da escola ainda é algo abstrato para a comunidade escolar, em especial aos pais *e servidores/as*”. Diante disso, há que conscientizar todos/as na escola acerca da perspectiva da Avaliação Institucional, oportunizando instâncias de estudos, debates e participação (GROCHOSKA, 2013).

Além disso, uma escola pensada e organizada com a participação de todos/as tem maiores chances de estar em consonância com os interesses e as necessidades das pessoas que nela convivem, trabalham, ensinam, aprendem e avaliam (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Quando questionados/as para opinarem a respeito da compreensão da avaliação como uma ação necessária para a escola, os/as servidores/as foram unânimes em considerarem a avaliação institucional como instrumento para melhoria da escola em todos os seus aspectos. Paralelamente, a gestora respondeu: “*a avaliação institucional é importante porque é mais uma ferramenta para auxiliar no planejamento e na gestão democrática, sendo uma forma de prestar contas à comunidade*”. Entretanto, essas concepções não são reflexões presentes no PPP, no Plano de Trabalho da Gestão Escolar, nem em atas de reuniões realizadas na escola.

Ademais, a avaliação institucional precisa ser concebida como uma forma de avaliação que favorece a organização do coletivo da escola com vistas a uma gestão democrática, compartilhada e participativa, observando as potencialidades e as fragilidades da instituição, bem como buscando mobilizar, indicar e recomendar alternativas aos desafios.

3.3 Participação na escola

Para a compreensão da Avaliação Institucional, construída e desenvolvida de modo coletivo, torna-se necessária a compreensão das formas de participação nos processos educacionais na escola. Na concepção de Libâneo:

Participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si. Há a participação como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elemento pedagógico, metodológico e curricular. Há a participação como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão (LIBÂNEO, 2004, p. 139)

Nessa perspectiva, com uma participação ativa, capaz de promover o envolvimento de todos/as e a transformação da instituição, a escola construirá a sua autonomia.

A coleta dos dados da pesquisa demonstrou que entre o segmento dos/as pais/mães/responsáveis, Mateus, Ana e Mila responderam que não participam e, Mara e Júlia

disseram que participam da Avaliação Institucional da escola, fazendo parte do debate, opinando e sugerindo e classificaram como ativa as suas participações.

Quanto aos motivos que as incentivam a participar, Mara respondeu que é para auxiliar a gestão escolar e Júlia para contribuir com o desempenho escolar dos/as estudantes. Em consonância, ambas responderam que, nas suas análises, a participação da comunidade escolar na avaliação institucional não contribui significativamente com a melhoria da escola. Na resposta da gestora Maria, os/as pais/mães/responsáveis “*só participam quando são chamados*”. Diante disso, é importante destacar que a participação deve ser um processo de “ter parte, fazer parte, tomar parte, pressupondo um fazer com os outros, uma definição de lado, um tomar partido e um ter posição que se constitui absolutamente indispensável a processos democráticos” (BORDENAVE, 1994 *apud* SILVA, 2010, p. 52).

De acordo com as respostas da gestora Maria acerca da assiduidade de alguns segmentos da escola, Luck (2006, p. 36) diz que tal participação leva o nome de “participação por presença” o que indica que, mesmo estando fisicamente presente na reunião, alguns pais não assumem “uma ação efetiva de contribuição para o desenvolvimento da organização.” (LUCK, 2006, p. 37-38). Esse tipo de participação não envolve as pessoas nos processos avaliativos na escola e, portanto, não é o ideal para a educação.

No segmento dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF, apenas André respondeu que participa da Avaliação do Trabalho da Escola e, ainda assim, diz que, quando ocorre a avaliação, a sua participação se restringe apenas a responder questionários sem nenhum envolvimento no debate e na tomada de decisões. As demais servidoras afirmam que não participam e não têm conhecimento de como a Avaliação Institucional acontece na escola. A esse respeito Pereira (2015, p. 117) destaca que “[...] é importante que sejam garantidas as manifestações de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar: professores, equipe gestora e demais funcionários da escola, alunos e pais”.

Ao contrário das respostas da maioria dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as, Maria, a gestora escolar, respondeu que os/as servidores/as da carreira Assistência à Educação, professores/as, pais/mães/responsáveis e gestores da escola participam efetivamente da Avaliação Institucional e ao, ser questionada acerca de quem não se interessa em participar da avaliação, citou os/as pais/mães/responsáveis e estudantes.

Maria respondeu ainda que a escola espera que a participação dos segmentos do estabelecimento de ensino seja na perspectiva da participação ativa e afirmou que pais/mães/responsáveis só envolvem-se na escola quando há eventos festivos na instituição,

classificando a participação desse segmento como passiva, e os/as servidores/as da carreira Assistência à Educação participam sempre, classificando a participação desses/as como ativa. Para ilustrar isso, segue a fala da gestora Maria: “*a participação dos pais só acontece quando há atrativos, os servidores da carreira Assistência à Educação apresenta grande participação nas avaliações da escola*”. Essas revelações da gestora contrariam o que Rute (servidora) diz: “[...] *nunca fui convidada*” e Pedro (servidor) afirma que “*não tem incentivo, nunca participei*”. Ainda contrariando os esclarecimentos dos/as servidores/as, a gestora diz que “*os servidores participam constantemente, principalmente na logística das reuniões*”. Isso incita uma concepção equivocada de participação.

Questionada acerca de como ocorre a Avaliação Institucional na escola, Maria respondeu ser “*antes da construção do PPP e depois no desenvolver dos projetos*”. Vale ressaltar que, na análise dos documentos: atas de reuniões, Plano de Trabalho da Gestão Escolar e Projeto Político Pedagógico da escola, não há nenhum registro que remete a essa afirmação da gestora Maria. A respeito disso, Brandalise (2010, p. 325) propõe que a avaliação da escola “[...] parta de uma avaliação diagnóstica de todas as dimensões e que, a partir dos resultados alcançados, novas etapas avaliativas sejam desenvolvidas no interior da escola”. Além de todas as etapas: “preparação, implementação e síntese” (FERNANDES, 2002, *apud* BRANDALISE, 2010, p. 323) o processo de avaliação do trabalho da escola deve ser registrado nos documentos da escola.

Os elementos discutidos na Avaliação da Escola, segundo Maria, são: “*qualidade de ensino e estratégias pedagógicas*”. Contudo, o processo de avaliação da escola não pode remeter-se exclusivamente à dimensão pedagógica, esquecendo-se de outros fatores importantes a serem avaliados. A respeito disso, Brandalise (2010, p. 324) esclarece que a avaliação deve “[...] abranger aspectos administrativos, pedagógicos, físicos e estruturais, relacionais”.

A quantidade considerável, ou seja, a maioria dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF que não participam da Avaliação Institucional na escola indica a falta de participação ativa desses segmentos na escola. Esse indicativo reforça a realidade de que a comunidade escolar ainda não está inserida nos processos escolares. Isso reforça a concepção de que, quando as pessoas não participam da escola, isto é, da elaboração e da efetivação dos encaminhamentos escolares, não se assume uma responsabilidade coletiva com a unidade de ensino. Portanto cabe à escola buscar estratégias para mobilizar a participação da comunidade escolar.

3.4 Estratégias utilizadas pela escola para promover o envolvimento de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF

Para Pereira (2015, p. 113) “a definição das estratégias pedagógicas facilita a ressignificação dos espaços e dos tempos escolares”. Dessa forma, é por meio de ações intencionais que a escola poderá envolver todos/as, dando sentido às suas ações e cumprindo a sua função social junto à comunidade. Para tanto, a análise de documentos e o questionário aplicado na escola buscou encontrar respostas para um dos objetivos específicos desta investigação.

Na pesquisa, para a gestora, as estratégias criadas pela escola para buscar a participação dos/as pais/mães/responsáveis e dos/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na Avaliação Institucional são “*atividades atrativas e realizadas nos finais de semana*” (MARIA).

Ao analisar atas de reuniões realizadas na escola, observou-se que a avaliação ocorre nos dias denominados de “planejamento pedagógico da comunidade escolar ou dias letivos temáticos” em que a SEEDF determina datas no calendário escolar, uma data em cada bimestre, e a Coordenação Regional de Ensino – CRE apresenta as orientações para a realização das atividades que a escola deve realizar, propondo temas e metodologias a serem discutidas com os segmentos da escola. Assim, nota-se que a avaliação da escola se resume em momentos pontuais que não consideram a realidade específica da escola, são encontros/reuniões realizadas apenas para atender às exigências da Secretaria de Estado de Educação, pois não segue o que é determinado pelos documentos oficiais da SEEDF.

É importante ressaltar que, nos registros encontrados em atas, não estão explícitos os objetivos das reuniões/encontros realizadas nos dias letivos temáticos. No Plano de Trabalho da Gestão Escolar (planejamento para os três anos do mandato da gestora na escola) e no PPP da escola, a avaliação institucional é citada superficialmente, sem nenhum fundamento legal e/ou teórico. Também não há registros em nenhum documento analisado de proposta de Avaliação Institucional.

Ainda foi possível perceber certo desencontro entre o que consta nas atas das reuniões e o que está escrito no Projeto Político Pedagógico da escola. O PPP apresenta o seguinte:

Todas as reuniões coletivas, realizadas nas quartas-feiras, são oportunidades para verificarmos a necessidade de adaptações e mudanças necessárias para fazer com que os objetivos da Proposta sejam alcançados. Além das reuniões coletivas, é

comum dedicarmos tempo no início de cada bimestre para realizarmos encontros pedagógicos e planejarmos as próximas fases, com isso, avaliamos a aplicabilidade e a funcionalidade de cada ação planejada, ou seja, verificamos se atingimos os objetivos propostos (PPP da Escola Ipê Branco, 2014, p. 16).

Esse trecho do documento está no capítulo que trata da Avaliação, o qual não dá ênfase à avaliação institucional, nem sistematiza como deve ou é materializada a avaliação da escola. Nas atas analisadas, tanto das reuniões coletivas quanto dos dias letivos temáticos de cada bimestre, não estão registradas discussões e/ou encaminhamentos provenientes de avaliação do trabalho da escola, a não serem os registros dos ditos dias letivos temáticos.

Na ata da primeira reunião com pais/mães/responsáveis do ano letivo em curso, foi citado que se aplicou um questionário referente à Avaliação do Trabalho da Escola e isso se comprova na fala de um servidor quando ele diz que a forma como participa da avaliação institucional na escola é “*respondendo perguntas de questionário*” (ANDRÉ). Isso tudo demonstra que a escola não compreende e, portanto, não realiza a Avaliação Institucional de modo sistemático e participativo.

Luck (2006, p. 41) afirma que “A efetiva interação participativa, para além do discurso, do conhecimento de como as pessoas pensam e da oportunidade de se fazerem ouvir, pressupõe a interação de pontos de vista, de ideias e de concepções”.

Ao ser questionada acerca do que a escola realiza a partir dos resultados obtidos pela avaliação institucional, a gestora respondeu que “*a escola realiza estratégias de mudanças para os pontos negativos*”. Observou-se, porém, que, nos documentos da escola, PPP e atas de reuniões, não constam registros oriundos da avaliação da escola. “É fundamental registrar aspectos observados no desenvolvimento das ações e projetos para serem discutidos coletivamente em momentos, como os destinados à avaliação institucional” (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 24).

Assim, a avaliação institucional não pode ser traduzida “na identificação de [...] fragilidades, mas, também, na elaboração de recomendações que deverão ser consideradas na proposição de melhorias qualitativas para a instituição” (BRANDALISE, 2010, p. 327).

Nesse contexto, é importante considerar que os resultados da avaliação institucional sejam divulgados, pois assim garante a legitimidade do processo avaliativo. Eles devem ser apresentados, divulgados e debatidos, de forma a favorecer a manifestação de diferentes visões (BRANDALISE, 2010).

Nessa perspectiva, a escola precisa buscar estratégias eficazes que envolvam todos/as na instituição, para oportunizar uma participação ativa e desenvolver a Avaliação Institucional

“como processo complexo, tecido por múltiplos fios, marcados por diferentes contextos, ideologias, culturas, expectativas e perspectivas [...]” (ESTEBAN, 2010, p.5). Por isso, a comunidade escolar deve estar inserida nos processos avaliativos da escola com a finalidade principal de contribuir com as ações educativas.

REFLEXÕES FINAIS

O envolvimento, em um contexto social junto aos estudos teóricos, possibilitou ao pesquisador a compreensão da participação dos segmentos de pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação institucional da Escola Ipê Branco.

Além dessa questão principal, as análises das concepções a respeito da Avaliação Institucional e das estratégias da escola para promover a participação dos segmentos: pais/mães/responsáveis e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação do trabalho da escola apontaram respostas para o problema da investigação.

Assim, com os questionamentos respondidos pelos/as participantes da pesquisa, notou-se que a gestora tem compreensão coerente acerca da avaliação institucional no tocante a ser um instrumento que oportuniza a autonomia da escola, apesar de isso não ser materializado em suas práticas, pois, pelas suas respostas, as estratégias para a participação dos segmentos da escola não são eficazes e coerentes com as diretrizes avaliativas, portanto devem ser avaliadas e planejadas pelo coletivo escolar.

A gestora da escola demonstrou entendimento conceitual da avaliação institucional, mas deixou claro em suas respostas que a utiliza unicamente como instrumento para apontar os pontos negativos da escola, ou seja, as fragilidades e, ainda responsabiliza os/as pais/mães/responsáveis pelas dificuldades ou pelo insucesso dos/as estudantes. Considera suficiente avaliar os/as outros/as e não as várias dimensões da escola, inclusive a avaliação do seu trabalho.

Entre os segmentos de pais/mães/responsáveis, ficou evidente que a Avaliação Institucional precisa ser melhor concebida. São concepções que se dividem entre o entendimento da avaliação institucional como avaliação da escola e como encontro da comunidade escolar com a SEEDF, mas a participação desse segmento é insuficiente. Diante disso, é preciso que a escola crie estratégias para oportunizar a participação ativa de todos/as nas suas ações. Isso porque, nas respostas dos/as interlocutores/as, ficou nítido que há o envolvimento mínimo e passivo de pais/mães/responsáveis e dos/as servidores/as na escola. Assim, como afirma Malavasi (2009), as famílias não se sentem pertencentes ao coletivo da escola.

A pesquisa evidenciou ainda que, entre os/as servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF, havia diferentes concepções acerca da avaliação institucional. Isso revela a ausência de formação e de consciência coletiva da escola a respeito da importância desse nível da avaliação educacional. Então é necessário oferecer formação pedagógica a esses/as profissionais que estão na escola, mas, muitas vezes, não fazem ou se sentem parte dela.

Além disso, a forma como ocorre a avaliação da instituição de ensino na Escola Ipê Branco não atende ao que preconiza os documentos orientadores propostos pela SEEDF. Faltam estudo e compreensão de como a avaliação institucional deve ser desenvolvida na escola, pois a forma como é operacionalizada no campo investigado é uma ação pontual e burocrática que visa ao atendimento das exigências de instâncias educacionais superiores.

Esse cenário revela a necessidade de que a escola retome as Diretrizes de Avaliação da SEEDF (2014), por meio de estudos em formação continuada em serviço com o coletivo da escola para se propor encaminhamentos que devem ser registrados nos seus documentos oficiais, especialmente no Projeto Político Pedagógico da escola. Assim, Villas Boas (2013, p. 176) propõe que “[...] é preciso que o discurso da participação efetiva da família se transforme em ação firmada pelo Projeto Político-Pedagógico da escola”.

Diante dessa realidade, cabe ao coordenador pedagógico da escola viabilizar essa formação com os/as profissionais da escola, articulando com o trabalho administrativo e pedagógico da instituição, com a participação ativa de toda a comunidade escolar, pois a coordenação pedagógica é o espaço propício para estudos e discussões da escola.

Conforme a apreciação do que os/as interlocutores/as responderam e a análise dos registros da escola, o modo como é pensada e conduzida a avaliação institucional na escola pesquisada, embora bem-intencionada, apresentou-se de modo incompleto, porém com possibilidades de se desenvolver potencialmente. Isso despertou no pesquisador outros questionamentos que poderão servir como problema para outras pesquisas, a saber: Por que a escola não realiza a Avaliação Institucional tal como preconiza as Diretrizes de Avaliação? Por que a escola tem dificuldades em envolver os/as pais/mães/responsáveis e servidores/as na avaliação do seu trabalho? A escola faz relação entre avaliação institucional e o seu trabalho pedagógico?

Essas inquietações sinalizam a amplitude da discussão acerca da avaliação institucional e a sua relação com os outros dois níveis, avaliação da aprendizagem e em larga escala. Muitos são os desafios para que as respostas sejam dadas e as ações operacionalizadas na educação, mas isso não significa que tais problemas não possam ser resolvidos.

Na realização da pesquisa, algumas dificuldades foram enfrentadas pelo pesquisador, tais como o período de coleta de dados que coincidiu com a greve dos/as professores/as e servidores/as da escola e a escassez de registros acerca da avaliação institucional na escola pesquisada.

Apesar dessas adversidades, muitas foram as aprendizagens. A pesquisa oportunizou o conhecimento da temática em questão, favorecendo a formação e a atuação do pesquisador como profissional da educação, pois contribuiu para o seu crescimento profissional enquanto professor que está na condição de coordenador pedagógico da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Após a pesquisa, percebe-se que este trabalho tem sua relevância intrínseca à sua colaboração com a ciência no que se refere à produção sistemática da unidade teoria e prática do conhecimento acerca da Avaliação Institucional.

É oportuno dizer que a escola não entende e define as datas determinadas no Calendário Escolar da Rede de Ensino Público do Distrito Federal como momentos únicos e exclusivos de realização de avaliação institucional, pois, conforme esclarece Pereira (2015), “a avaliação institucional pode estar limitada ou suprimida do seu real valor. Que sejam referências para encontros de discussões coletivas que já estejam sendo construídas e desenvolvidas com a participação de todos/as na escola”.

A partir das análises dos dados, somada às leituras feitas pelo pesquisador, ficou evidenciado que a participação se constitui um caminho possível para a gestão democrática na escola. Para tanto, é necessário romper com os desentendimentos acerca da participação, diferenciando-a na perspectiva de frequência e de fazer parte e buscando a direção de práticas participativas dos diferentes segmentos na definição do tipo de escola que queremos e na construção da qualidade da educação.

Assim, a realização do trabalho investigativo foi relevante, pois servirá como ferramenta orientadora para que a comunidade escolar (pais/mães/responsáveis, professores e demais profissionais da educação) entenda as razões do problema e crie estratégias para a participação de todos nas avaliações institucionais.

Cabe, portanto, aos/as gestores/as da educação e à comunidade escolar ter clareza, teórica e prática, de que a participação é ação inerente à escola e precisa ser fomentada dentro da instituição de ensino, pois é o meio mais viável e democrático para uma educação significativa.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. **Avaliar a escola e a gestão escolar:** elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). *Escola, currículo e avaliação*. São Paulo. Cortez. 2003.

ASSIS, Lúcia Maria de. **Avaliação Institucional e prática docente na educação superior:** tensões, mediações e impactos. 2008. 261 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2008.

BRANDALISE, Mary Ângela T. **Avaliação institucional da escola:** conceitos, contextos e práticas. Olhar de professor. Ponta Grossa. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília. 1996.

_____. Lei nº 8.06, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília. 1990.

BOTLER. A. H. (org.) **Organização, Financiamento e Gestão Escolar:** subsídios para formação do professor. Ed. 2ª. Recife: Ed. Universitária. UFPE. 2009

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação:** Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo. Cortez. 2003.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica:** pressupostos teóricos. Brasília, DF, [s/d].

_____. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional:** aprendizagem, institucional e em larga escala - 2014-2016. Brasília, DF, [s/d].

_____. Lei nº 5.106, de 03 de maio de 2013. **Dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília. 2013.

_____. Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007. **Dispõe sobre a gestão compartilhada nas instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília. 2007.

_____. Decreto nº 29.207, de 26 de junho de 2008. **Dispõe sobre os Conselhos Escolares das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília. 2008.

_____. Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. **Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília. 2012.

_____. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político Pedagógico da Escola Ipê Branco**. [s. l.]. 2014.

_____. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica: Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas.** Brasília. 2014.

_____. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.** Brasília, DF, [s/d].

ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliação: um tema polêmico.** Salto para o futuro. Ano XX. Boletim 18. Novembro. 2010.

FERNANDES, M. E. A.; BELONI, I. **Progestão: Módulo IX - Como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Consed. 2001.

GRACINDO, V. R. **Os Conselhos Escolares e a Educação com Qualidade Social.** In: Gestão Democrática da Educação Ministério da Educação. Boletim. Brasília. 2005

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **As contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica: uma experiência de gestão democrática.** Petrópolis RJ: Vozes. 2013.

HORA, D. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.** 9 ed. Campinas, SP: Papirus. 2002.

LEITE, D. **Reformas universitárias: Avaliação Institucional Participativa.** Petrópolis RJ. Vozes. 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa. 2004.

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis: Vozes. 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.** São Paulo: Cortez Editora. 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa.** São Paulo. E.P.U. 1986.

MALAVASI, M. M. S. **Os processos avaliativos: entre os pais e a vida escolar dos filhos.** In: FREITAS, L. C. (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica.** Florianópolis: Insular. 2002.

_____, M. M. S. **Avaliação Institucional e Gestão da Escola: a participação das famílias potencializando uma educação de qualidade.** In: SORDI, M. R. L.; SOUZA, ES(horas). **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública: a rede municipal de Campinas como espaço de aprendizagem.** Secretaria de Educação de Campinas. Campinas SP. Millennium Editora. 2009.

_____, M. M. S. Avaliação Institucional de Qualidade Potencializada pela Participação dos vários segmentos da escola. In: DALBEN, A. I. L. de F. [et al.]. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente/ XV ENDIPE** (Coleção Didática e Prática de Ensino). UFMG. Autêntica. Belo Horizonte. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas. 1986.

MORAES, S. R. C. de. **Autoavaliação institucional numa escola pública básica da Rede Estadual de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. PUC Campinas. 2008.

MOTTA, F. C. **Administração e participação: reflexões para a educação**. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo. FEUSP. V. 10. N. 2. 1994.

PEREIRA, Maria Susley. **A Avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização: das orientações e ações da SEEDF ao trabalho nas escolas**. 2015. 382f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade de Brasília – UnB. Brasília - DF.

SANTOS, Anderson Neves dos; SANTOS, Telma Rocha dos. **Formação Continuada em Serviço: Significados, reflexões e perspectivas**. 76 f. Monografia (Graduação em Pedagogia - Docência e Gestão dos Processos Educativos). Universidade do Estado da Bahia - DCH - Campus IX. Barreiras - BA. 2009

SILVA. Itamar Mendes da. **Autoavaliação e gestão democrática na instituição escolar**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 49 – 64. 2010.

SOUSA, S. Z. **Avaliação escolar: constatações e perspectivas**. Revista de Educação AEC. Ano 24. N. 94. Brasília-DF. 1995.

_____, S. Z. **Avaliação Escolar e Democratização: o direito de errar**. In: AQUINO, J. G. (coord.) *Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. 1997.

_____, S. Z. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. In: *O Ensino Municipal e a Educação Brasileira*, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME. 1999.

SOUZA, A. R. **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática**. Educação em Revista. V. 25. N. 03. Belo Horizonte. 2009

TUTTMAN, M. T. **Avaliação educacional: o verdadeiro compromisso**. Revista Retratos da escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce). Dossiê Avaliação da Educação Básica. V. 7. Brasília: CNTE. 2013.

VILLAS BOAS. B. M. de F. **Avaliação da educação básica: das informações existentes ao interior das escolas**. Revista Retratos da escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce). Dossiê Avaliação da Educação Básica. V. 7. Brasília: CNTE. 2013.

APÊNDICE A – Questionário dos/as pais/mães/responsáveis



Universidade de Brasília

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Professora Formadora: Edileuza Fernandes da Silva

Professora Tutora: Maria Susley Pereira

Cursista: Anderson Neves dos Santos

QUESTIONÁRIO

Prezado/a **pai/mãe/responsável**, este questionário faz parte de pesquisa realizada para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília. O objetivo da pesquisa é compreender a participação dos segmentos de pais mães e servidores da carreira assistência na avaliação institucional.

Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade..

1. Sexo:

() Masculino

() Feminino

3. Tempo que seu/sua filho/a estuda nessa escola?

() Menos de 1 ano

() 1 a 3 anos

() 4 a 6 anos

() 7 anos acima

4. Nível de escolaridade:

() Nunca estudei

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Graduação

- ☐ Pós-graduação (Especialização)
- ☐ Pós-graduação (Mestrado)
- ☐ Pós-graduação (Doutorado)

5. O que você entende por Avaliação Institucional?

- ☐ Reunião para discutir o desempenho escolar dos/as estudantes
- ☐ Momento de avaliação da escola
- ☐ Momento de avaliar os/as professores/as
- ☐ Encontro dos/as pais/mães/responsáveis com a SEEDF
- ☐ Outro _____

6. Você participa efetivamente da Avaliação Institucional realizada na escola?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. De que forma você participa da Avaliação Institucional na escola?

- ☐ Assisto aos debates dos/as participantes
- ☐ Faço parte do debate, opinando e sugerindo.
- ☐ Apenas ouço as pessoas.
- ☐ Proponho ações para melhoria da instituição.
- ☐ Não participo

8. Como você classifica a sua participação na Avaliação Institucional da escola?

- ☐ Participo ativamente
- ☐ Participo passivamente

9. Qual(is) motivo(s) o leva(m) a participar dos encontros de Avaliação Institucional na escola?

- ☐ Para contribuir com o desempenho da escola
- ☐ Para contribuir com o desempenho escolar dos/as estudantes
- ☐ Para garantir presença nas reuniões
- ☐ Para auxiliar a gestão escolar
- ☐ Não tenho motivos

10. Na sua análise, a participação da comunidade escolar na avaliação institucional contribui com a melhoria da escola?

() Sim () Não

Se sim, de que forma?

APÊNDICE B– Questionário do/a servidor/a da carreira Assistência à Educação do DF



Universidade de Brasília

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Professora Formadora: Edileuza Fernandes da Silva

Professora Tutora: Maria Susley Pereira

Cursista: Anderson Neves dos Santos

QUESTIONÁRIO

Prezado/a **servidor/ada Carreira de Assistência**, este questionário faz parte de pesquisa realizada para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília. O objetivo da pesquisa é compreender a participação dos segmentos de pais mães e servidores da carreira assistência na avaliação institucional. Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

1. Sexo:

() Masculino

() Feminino

2. Qual a sua função ou cargo na escola?

3. Tempo que atua na SEEDF:

() 1 a 5 anos

() 6 a 10 anos

() 11 anos acima

4. Tempo que atua como servidor/a nesta escola?

- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ 4 a 6 anos
- ☐ 7 anos acima

5. Nível de escolaridade:

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Graduação
- ☐ Pós-graduação (Especialização)
- ☐ Pós-graduação (Mestrado)
- ☐ Pós-graduação (Doutorado)

6. O que você entende por Avaliação Institucional?

7. Na sua opinião, a avaliação institucional é uma ação necessária para a escola? Por quê?

8. Como acontece a Avaliação Institucional na escola?

9. Você participa efetivamente da Avaliação Institucional realizada na escola? De que forma?

10. Quais motivos o incentiva a participar dos encontros de Avaliação Institucional na escola?

APÊNDICE C– Questionário do/a gestor/a escolar



Universidade de Brasília

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Professora Formadora: Edileuza Fernandes da Silva

Professora Tutora: Maria Susley Pereira

Cursista: Anderson Neves dos Santos

Prezado/a **gestor/a escolar**, este questionário faz parte de pesquisa realizada para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília. O objetivo da pesquisa é compreender a participação dos segmentos de pais mães e servidores da carreira assistência na avaliação institucional.

Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

1. Sexo:

() Masculino

() Feminino

2. Tempo que atua na SEEDF:

() 1 a 5 anos

() 6 a 10 anos

() 11 anos acima

3. Tempo que atua como gestor/a na escola?

() 1 a 3 anos

() 4 a 6 anos

() 7 anos acima

4. Nível de escolaridade:

- ☐ Ensino Médio
 - ☐ Graduação. Qual curso? _____
 - ☐ Pós-graduação (Especialização)
 - ☐ Pós-graduação (Mestrado)
 - ☐ Pós-graduação (Doutorado)
5. O que você entende por Avaliação Institucional?
6. Na sua opinião, a avaliação institucional é uma ação necessária para a escola? Por quê?
7. Qual(is) segmento(s) da comunidade escolar participam efetivamente da Avaliação Institucional na escola?
- ☐ Servidores/as da Carreira de Assistência
 - ☐ Professores/as
 - ☐ Pais/Mães/Responsáveis
 - ☐ Estudantes
 - ☐ Gestores/as da Escola
 - ☐ Gestores/as da SEEDF
 - ☐ Comunidade Local
8. Qual(is) segmento(s) não se interessa(m) em participar da Avaliação Institucional na escola?
- ☐ Servidores/as da Carreira de Assistência
 - ☐ Professores/as
 - ☐ Pais/Mães/Responsáveis
 - ☐ Estudantes
 - ☐ Gestores/as da Escola
 - ☐ Gestores/as da SEEDF
 - ☐ Comunidade Local
9. De que forma a escola espera que seja a participação dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as na Avaliação Institucional?
10. Como acontece a participação dos/as pais/mães/responsáveis e dos/as servidores/as da Carreira de Assistência na Avaliação Institucional da escola?

11. Você classifica de que forma a participação dos/as servidores/as da Carreira de Assistência na Avaliação Institucional da escola?
- () Ativa () Passiva
12. Você classifica de que forma a participação dos/as pais/mães/responsáveis na Avaliação Institucional da escola?
- () Ativa () Passiva
13. Quais são as estratégias criadas pela escola para buscar a participação dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as na Avaliação Institucional?
14. Qual(is) dessas estratégias têm demonstrado ser mais producentes para a participação dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as na Avaliação Institucional da escola?
15. De que forma a Avaliação Institucional acontece na escola?
16. Quais são os elementos discutidos na avaliação institucional?
17. A participação dos/as pais/mães/responsáveis e servidores/as da Carreira de Assistência ocorre em qual(is) momentos da avaliação institucional?
18. O que a escola realiza a partir dos resultados obtidos pela avaliação institucional?

APÊNDICE D– Roteiro para Análise Documental



Universidade de Brasília

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Professora Formadora: Edileuza Fernandes da Silva

Professora Tutora: Maria Susley Pereira

Cursista: Anderson Neves dos Santos

ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

Documentos da escola a serem analisados:

Atas de reuniões e/ou encontros de Avaliação Institucional
Plano de Trabalho da Gestão Escolar
Projeto Político Pedagógico da Escola

Eixos que nortearam a análise.

- As estratégias da escola para promover a participação de pais/mães e servidores/as da carreira Assistência à Educação do DF na avaliação institucional;
- Concepções de avaliação institucional;
- Objetivos das/os reuniões/encontros de Avaliação Institucional;
- Relação com as legislações educacionais;
- Proposta (planejamento) da Avaliação Institucional.

APÊNDICE E - Termo de consentimento livre e esclarecimento



Responsável pela pesquisa: Anderson Neves dos Santos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa “ A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL” tem como objetivo central “Compreender a participação dos segmentos de pais mães e servidores da carreira assistência na avaliação institucional da Escola Ipê Branco”. Estou ciente de que os dados coletados no questionário terão caráter confidencial e serão usados como material de reflexão para o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, podendo vir a ser utilizados também em trabalhos acadêmicos decorrentes da pesquisa. Concordo com o uso de um pseudônimo, no intuito de resguardar o meu anonimato como participante da pesquisa. Receberei informações acerca do estudo, as quais poderão ser obtidas também pelo endereço ander.2911@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científico-acadêmicos, mantendo a minha identidade em sigilo. Por estar de pleno acordo, com os termos ajustados e mencionados neste termo, assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Brasília - DF, _____de _____de 2015.

Interlocutor(a) da pesquisa

Anderson Neves dos Santos
Responsável pela pesquisa

APÊNDICE F – Autorização para pesquisa

Responsável pela pesquisa: Anderson Neves dos Santos

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, _____, diretora responsável por esta unidade escolar, autorizo Anderson Neves dos Santos a realizar pesquisa nesta escola para elaboração de seu trabalho de conclusão de curso de Especialização em Coordenação Pedagógica no corrente ano, desde que sejam esclarecidos aos participantes os objetivos e os procedimentos da pesquisa.

Será possibilitado ao pesquisador o acesso a esta instituição nos momentos de trabalho pedagógico, não sendo permitida a sua interferência no desenvolvimento das atividades sem que lhe seja solicitada.

Concordo com a publicação dos resultados da pesquisa em questão, desde que não sejam utilizadas informações em prejuízo das pessoas envolvidas e/ou da instituição, bem como sejam mantidos o sigilo e o anonimato da escola e dos interlocutores, se assim desejarem.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do(a) Gestor(a) da Unidade Escolar